

## **POR QUE BRANQUITUDES, POR QUE (SOMENTE) AGORA<sup>1</sup>?**

Josiane Barbosa GOUVÊA <sup>2</sup>  
Josiane Silva de OLIVEIRA <sup>3</sup>

Desculpa, meu amigo  
Eu nada te posso dar  
Na terra que rege o branco  
Nos privam até de pensar

*(Primeiras Trovas Burlescas de Getulino, de Luís da Gama)*

Em um de seus textos mais conhecidos, intitulado “Pele Negra, Máscaras Brancas” (FANON, 2008), Franz Fanon discute como a linguagem é um dos mecanismos de branqueamento das pessoas negras, pois ela funciona como uma das principais ferramentas de dominação. Para o autor “Na linguagem está a promessa do reconhecimento; dominar a linguagem, um certo idioma, é assumir a identidade da cultura. Esta promessa não se cumpre, todavia, quando vivenciada pelos negros” (FANON, 2008, p. 15).

A academia não é diferente deste contexto discutido por Fanon (2008). Por vezes, acreditamos que dominar a linguagem acadêmica seria assumir um lugar de legitimidade para falar sobre ciência em um campo que não foi produzido para nós. E isso, de fato, não ocorre. Dominar a linguagem acadêmica, por vezes, nos parece muito mais o que Fanon (2008, p. 15) afirmou ser uma “[...] ilusão dos espelhos que oferecem um reflexo branco”. Isso ocorre, pois, especificamente, em relação às populações negras, as temáticas consideradas como pautas urgentes de discussões e teorizações foram, e ainda são, silenciadas.

Esse silenciamento não se restringe tão somente aos debates vinculados à discussão dos conceitos de raça ou de relações raciais, por exemplo. De certa forma, se refere muito mais à amplitude do que os movimentos negros sempre se colocaram a debater, mas que foram consideradas como “pautas identitárias”, portanto, de caráter específico. Entretanto, é preciso destacar que onde tem movimento popular tem movimento negro (NERIS, 2018). E se tem algo que os movimentos negros sempre pautaram foi o debate de um projeto de construção de sociedade que transcendesse as lógicas de opressão que nos marcam coletivamente. De Tereza

---

<sup>1</sup> O título deste texto foi inspirado no título da tese de doutorado de Deivison Mendes Faustino intitulada “Por que Fanon? Por que agora? Franz Fanon e os Fanonismos no Brasil”

<sup>2</sup> Instituto Federal do Paraná (IFPR).

<sup>3</sup> Universidade Estadual de Maringá (UEM).

de Benguela à Zumbi dos Palmares, de Clóvis Moura à Megg Rayara Oliveira, o que se tem discutido são insurgências coletivas que rompem com essa lógica que tem produzido um mundo mais do que desigual, de naturalização de opressões.

Então, romper com essa linguagem é romper com os silenciamentos de opressão racial. Até bem pouco tempo era comum falarmos que as pessoas negras eram escravas e não escravizadas, como se essa fosse uma condição e não a imposição de uma relação de dominação em que, efetivamente, se tem sujeitos dessa ação. Colocar o conceito de branquitude em discussão, portanto, é desnaturalizar as discussões sobre as relações raciais que têm os não brancos, e aqui enfatizamos os debates em relação a população negra, como objeto de escrutínio, silenciando as relações de poder e de dominação que colocam essas populações nesse lugar. É importante esse debate, pois, mesmo as categorias nominativas utilizadas para racialização de populações foram efetivadas por quem teve esse poder de nomear (FOUCAULT, 2006), ou seja, o branco.

Falar sobre branquitude, deste modo, também seria uma forma de se contrapor às relações de poder que legitimaram quem pôde nos nomear, tensionando a estrutura social na qual o sujeito branco - tido como não racializado - se vê autorizado a apenas conceber as pessoas negras como objetos de pesquisa. Para Dyer (1997), ao se ver como universais e não racializadas as pessoas brancas sentem-se autorizadas a falar por toda a humanidade, uma vez que, a partir desta concepção, não representariam o interesse de uma raça. Já pessoas construídas como racializadas poderia falar apenas sobre si. Diante disso, para o autor, ao se racializar as pessoas brancas há um inevitável deslocamento das relações de poder que constituem as relações raciais. Este deslocamento é, certamente, incômodo para alguns, mas necessário para tantos outros.

O conceito de branquitude, portanto, se refere às discussões sobre as constituições identitárias brancas (BENTO, 2016; CARDOSO, 2014; GUERREIRO RAMOS, 1957) em um processo sócio-histórico que se estruturou a partir de lógicas de opressão, dominação e de exploração. Se refere aos questionamentos colocados por Fanon (2008) quando discute que o branco se coloca como o humano, o universal, o parâmetro de desenvolvimento enquanto coletividade que deve ser alcançado. É importante salientar que, quando se trata da questão racial, o debate deve ir para além da análise de comportamentos individuais. A estrutura social é que deve ser questionada não apenas com o olhar voltado para a negritude como historicamente se fez, mas também tensionando a construção social da branquitude. Isto porque é a partir dessas pautas identitárias brancas que ao longo da história se justificaram guerras, processos de colonização e exploração. Sendo assim, falar sobre branquitude é discutir outros projetos de sociedade para além desses que nos estão colocados. E o que a Administração tem a ver com isso?

### **Por que estudar branquitudes na área de Administração?**

Mas se analisarmos bem mais, você descobre  
Que negro e branco pobre se parecem  
Mas não são iguais  
(*Racistas otários - Racionais Mc's*)

As organizações são espaços historicamente marcados pela questão racial, ainda que não de maneira explícita. Se formalmente as organizações são discursivamente construídas como espaços neutros, nos quais as diferenças não importam, uma vez que a chamada cultura organizacional é que determinaria as condutas dos sujeitos neste espaço, objetivamente o que

temos difere significativamente disso. As organizações reproduzem a sociedade que, no Brasil, é estruturada a partir de critérios raciais.

Desta forma, os espaços organizacionais são demarcados a partir da raça. Não por acaso as pessoas negras recebem os menores salários e são também minoria no alto escalão das organizações. Há, portanto, o que podemos chamar de uma nova eugenia a partir da qual os grupos que se construíram como superiores - pois como dito, os que detêm o poder têm a possibilidade de posicionar a si e aos outros - produzem e reproduzem estratégias de manutenção de tal realidade. Maria Aparecida Bento denominou este movimento de pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2006), através do qual, os brancos asseguram para outros brancos os lugares mais qualificados nos espaços que frequentam, inclusive no contexto do trabalho.

As organizações, e a área de Administração, acabam, nesse contexto, se constituindo, conforme afirma Piza (2000), em uma lógica circular concêntrica que expande, espalha, concentra, ramifica e direciona seu olhar de brancos para brancos. Basta nós mesmos olharmos os círculos sociais que pertencemos. Em que medida a nossa vida privada, além da pública, também reproduz essa lógica?

Bento (2016) destaca que uma das mais poderosas linguagens que marca as relações raciais brasileiras é o silêncio. Este silêncio se dá a partir de duas vias: silenciamento acerca do privilégio branco, bem como do racismo que afeta as pessoas negras em nosso país. E se as discussões sobre raça durante muito tempo mantiveram o branco “silenciado” desse debate é efeito também que podemos relacionar ao pacto da branquitude. Se as pessoas brancas não se enxergam como parte dessa discussão se reconhecendo, por vezes, mais como “aliados” da luta contra o racismo do que efetivamente parte do racismo é porque

Muitos brancos, por exemplo, investem nele [narcisismo], já que teoricamente preferem uma imagem de si mesmos como não racistas, embora na prática ajam frequentemente de forma contrária [...] Sou Narciso e quero ler nos olhos do outro uma imagem de mim que me satisfaça (FANON, 2008, p. 15 - 176).

O narcisismo apontado por Bento (2016) e Fanon (2008) evidencia a dificuldade em se falar sobre branquitude na área de Administração. Falar sobre isso, em seu caráter estrutural de opressão, é, também, se reconhecer como parte de um sistema de opressão na posição de quem oprime. Evidentemente, para algumas pessoas, esse não é um lugar “confortável”. Implica um processo de reposicionamento e compreensão de toda uma história de vida e de lutas coletivas também. Mas, isso é necessário. Sem essa discussão não é possível pensarmos outra sociedade. Isso se faz, inclusive, com a própria forma como temos discutido o que se denominou de diferenças, desigualdades e opressões. Implica não construir o outro como “objeto de desejo” (CARDOSO, 2014). É muito comum, por exemplo, observarmos pessoas brancas realizando pesquisas sobre pessoas negras, mas silenciando debates sobre como as próprias posições que esse grupo social ocupa em nossa sociedade são efeitos das relações raciais com a branquitude. E isso não é discutido.

Outras discussões que comumente observamos é como o racismo é perverso na constituição do reconhecimento das pessoas negras como sujeitas e sujeitos. Mas, não se discute esse mesmo processo em relação às pessoas brancas. Bento (2016) ainda destaca outro ponto importante

nesse debate: por que quando se fala em escravização no Brasil não se discute o legado que a população branca teve com esse sistema? Na área de Administração poderíamos discutir, por exemplo, desde a origem das grandes fortunas brasileiras (será que identificaríamos organizações que foram fundadas a partir dos recursos financeiros do tráfico e escravização de pessoas negras? Será que o próprio sistema financeiro brasileiro não poderia nos informar isso, considerando que alguns bancos foram fundados no período da escravização?) até mesmo nas lógicas de organização do trabalho.

Assim, é importante pensar como brancos e negros foram construídos ao longo da história enquanto trabalhadores e trabalhadoras. Se no período pós-abolição os negros, até então escravizados, eram tidos como inaptos a ocuparem posições no mercado de trabalho que se estabelecia, os brancos - especialmente imigrantes europeus - eram tidos como aqueles que possibilitariam o desenvolvimento do país. Tal imaginário se estabeleceu e segue sendo produzido e reproduzido no contexto das relações de trabalho em nosso país e, ao longo dos anos, o campo da Administração se recusou a olhar para tal disparidade. Naturalizou-se, portanto, que mais de um século após o término do regime escravista no Brasil, negros e negras ainda ocupam as posições menos privilegiadas e recebem os menores salários. Torna-se fundamental, portanto, a desconstrução da hierarquia racial a partir da qual brancos se apropriam dos privilégios da branquitude e negros são relegados a posições de subalternidade.

Estudar branquitude na área de Administração, portanto, não é um processo para individualizar condutas pessoais. Mas, compreender os mecanismos de funcionamento e os modos de operação das estruturas de opressão racial a partir das especificidades brasileiras. É “retirar” do silêncio agentes que durante muito tempo foram conscientemente silenciados destes debates para que o racismo pudesse ser reproduzido, de forma que nós, pessoas negras, fôssemos violentamente afastadas da escrita do que efetivamente foi e é a produção de nossa história. Não é à toa que os quilombos, por exemplo, não são estudados como organização, como um processo organizativo alternativo à morte ou à escravização que a sociedade brasileira impôs a população negra, que evidenciava um outro modelo econômico, para além da lógica de opressão racial, poderia ser constituído em nosso país. Nesse sentido, seria Clóvis Moura um teórico das organizações silenciado em nossa área?

Se considerarmos que o que hoje conhecemos como mercado de trabalho começa a ser estruturado a partir de 1888, com o fim da escravização, temos um silêncio de aproximadamente cento e trinta anos no que diz respeito a falar de relações raciais e, mais especificamente de branquitude na Administração. Mas o silêncio é também incômodo e ensurdecador. Nós, negras e negros, estamos ocupando espaços que, apesar de não terem sido construídos para nós, são nossos e optamos por quebrar o silêncio, falar por nós e tensionar a estrutura imposta.

### **Por que (somente) agora?**

1439 lugares  
e eu era a única negra  
*(nunc obdurat et tunc curat - para beatriz nascimento por Jarrid Arraes)*

Tratar da temática racial no “país da democracia racial” é um desafio. Fazê-lo com o olhar voltado à branquitude é ainda mais desafiador, uma vez que, como dito, as pessoas brancas construíram-se socialmente como não racializadas. No contexto da Administração, no qual

durante muito tempo se acreditou ser desnecessário abordar o assunto tendo em vista uma pretensa homogeneidade (OLIVEIRA; GOUVÊA, 2020), os estudos que tratam desta questão são muito recentes. No entanto, ao analisarmos a forma como as relações entre brancos e não brancos se estabeleceram no Brasil, passamos a questionar, de forma incisiva, o porquê de as pesquisas continuarem a abordar apenas a questão das pessoas negras. Diante disso, o debate que coloca as pessoas brancas como objeto de estudo passou a ser realizado também no campo da Administração.

Destarte, a emergência dos estudos sobre branquitude ocorre em um contexto em que a população negra passa a ocupar espaços onde historicamente sempre foi considerada como objeto de desejo e escrutínio (CARDOSO, 2014; PASSOS, 2013; SCHUCMAN, 2012) no Brasil, a exemplo da academia. No entanto, tais estudos tiveram como precursores pesquisadoras e pesquisadores não brancos, o que não nos causa estranheza, uma vez que a constatação da racialidade branca pelos sujeitos brancos foi um choque. Logo, a necessidade de discutir os privilégios advindos da condição de ser branco também é. Entretanto, esta discussão é urgente e necessária, uma vez que, conforme afirma Bento (2002) o simples fato de ter a pele branca garante vantagens estruturais, concretas e/ou simbólicas. Uma dessas vantagens é poder transitar no ambiente acadêmico livremente e ter a mesma liberdade para posicionar o outro apenas como objeto de pesquisa (CARDOSO, 2014).

Diante disso, a presença negra no ambiente acadêmico tem gerado estranhamento entre aqueles e aquelas que sempre o ocuparam e se viam ali representados, uma vez que estavam majoritariamente entre iguais (SCHUCMAN, 2012). Porém, tal estranhamento não nos impede de utilizar este lugar de forma a também questionar a questão da representatividade e propor estudos que coloquem em xeque a hegemonia branca. Neste contexto, um dos movimentos de rebeldia dessa população tem sido sair da condição de objeto e se tornar sujeitas e sujeitos históricos (CARDOSO, 2014). Tal processo tem se constituído a partir de diversos movimentos que têm sido considerados contraditórios e controversos. Um exemplo disso é o “medo branco” (KILOMBA, 2019; AZEVEDO, 1987) dessa rebeldia, uma vez que aqueles e aquelas que até então se viam como representantes da norma e que se constituíram a partir de um olhar para “o outro”, estão sendo chamados a pensarem a respeito de seus privilégios (SCHUCMAN, 2012).

Azevedo (1987) afirma que esse medo pode ser observado quando, desde os projetos nominados abolicionistas, havia uma grande preocupação e temor de que a população negra se rebelasse. Isso resulta nas discussões de Kilomba (2019) quando afirma que para as pessoas brancas as pessoas negras se tornam “o outro”, sendo este “a representação mental do que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: o ladrão/a ladra violento(a), o(a) bandido(a) indolente e malicioso(a)” (KILOMBA, 2019, p. 174). Então, falar sobre branquitude agora também evidencia discutir que, por vezes, as pessoas brancas não se relacionam com as pessoas negras, mas, “com as fantasias brancas sobre o que a Negritude deveria ser. Fantasias que não nos representam, mas sim o imaginário branco” (KILOMBA, 2019, p. 175). Nesse sentido, o “medo branco” da “onda negra” é o medo das projeções criadas sobre si.

Por isso, afirma Kilomba (2019), o medo branco de ouvir o que pode ser revelado pelas sujeitas negras e pelos sujeitos negros. E ao ocupar os espaços acadêmicos, no atual contexto, as pessoas negras colocam a necessidade de escuta pelas pessoas brancas como pauta de constituição relacional. Sem escuta, não há diálogo. Há submissão! E a repressão (KILOMBA, 2019) e não problematização dos lugares das branquitudes nas opressões estruturais é mais uma estratégia racista de afastar e manter esse debate que questiona a constituição e os efeitos desses lugares.

Kilomba (2019) afirma que a repressão é um processo de tornar inconsciente ideias - e verdades - desagradáveis devido à produção de ansiedade, culpa ou vergonha. Porém, afirma a autora, estas ficam latentes, podendo ser reveladas a qualquer momento. Ao reprimir as discussões sobre branquitudes, mantêm-se invisíveis, quietas, à margem, sujeitos de ação desse fenômeno, assim como protege a branquitude de reconhecer os conhecimentos do “outro”. Por isso, também, pessoas negras falando sobre “o branco” pode causar tanto desconforto.

Uma vez confrontado com verdades desconfortáveis desta história muito suja, o sujeito branco comumente argumenta: “não saber...”, “não entender ...”, “não se lembrar...”, “não acreditar...” ou “não estar convencido por...”. Estas são expressões desse processo de repressão, no qual o sujeito resiste tornando consciente a informação inconsciente, ou seja, alguém quer fazer o conhecido, desconhecido (KILOMBA, 2019, p. 177).

A ocupação dos espaços acadêmicos pelas pessoas negras politicamente organizadas tem provocado esse confronto que rompe com esse processo de repressão. Como diria Lélia Gonzalez “O lixo agora vai falar, e numa boa”, pois “Na ausência de reconhecimento se faz necessário fazer conhecer” (FANON, 2008, p. 109). Então, é possível falar sobre branquitudes agora, pois houve, e ainda há, um movimento coletivo para que isso se torne pauta. E isso implica, também, outro ponto importante para que o pacto narcísico não reproduza nestes estudos o que o campo de pesquisas sobre branquitudes se propõe a fazer: desconstruir a centralidade e universalização das sujeitas brancas e dos sujeitos brancos como referencial de humanidade. E como fazer isso? Kilomba (2019) afirma que é importante não discutir as racializações brancas a partir de uma centralidade moral, ou seja, discutir mecanismos que aliviem a sensação de culpa branca. Destaca a autora que ao invés das pessoas brancas se questionarem “Eu sou racista?” (KILOMBA, 2019, p. 180) na expectativa de que a resposta proporcione um sentimento de “conforto branco” (DIANGELO, 2018), uma pergunta inicial seria “Como eu posso dismantelar meu próprio racismo?” (KILOMBA, 2019, p. 180) reconhecendo o caráter de opressão estrutural do racismo e não de um debate moral.

Outro movimento que destacamos com essas dinâmicas que têm colocado “branquitude” como um tema para se debater atualmente é a dificuldade em reconhecer as pessoas negras como sujeitas e sujeitos e não como “massa uniforme”. Um exemplo que destacamos é a dificuldade que se tem em compreender que as pessoas negras podem ter posicionamentos diferentes em relação a diferentes temáticas. Uma das pesquisadoras, mulher negra, que escreve esse texto, por exemplo, na última edição de um dos principais eventos da área de Administração no Brasil, no ano de 2020, enquanto assistia à apresentação de uma pesquisa, comentou com um colega, homem cis branco “Eu não concordo com essa análise dela”. E qual não foi a surpresa quando a resposta que ouviu foi, “Mas, ela é negra igual a você?”.

Neste sentido, há uma pressuposição da branquitude de que pessoas negras formam uma massa homogênea que deve ter as mesmas concepções de mundo e que devem se posicionar sempre no que diz respeito às questões raciais. Não raro somos surpreendidos com questionamentos do tipo “você não vai dizer nada, não vai se posicionar?” quando alguma questão envolvendo raça é motivo de discussões em determinados ambientes. A mesma cobrança, via de regra, não é feita às pessoas brancas. Logo, descentralizar a branquitude é também desconstruir o imaginário da homogeneidade e passar a fazer com que brancos e brancas também reflitam sobre as

questões raciais. No entanto, esta reflexão também deve considerar as questões anteriormente expostas e, assim, não pode se dar de maneira a se colocar em uma posição de passividade. É necessária e urgente uma posição antirracista ativa, ou seja, a branquitude deve olhar criticamente para a questão racial e pautá-la a partir do reconhecimento do seu lugar de privilégio. É o que Lourenço Cardoso denomina branquitude crítica (CARDOSO, 2008).

Desta forma, abordar a questão da branquitude permite preencher uma lacuna até então existente nos estudos de relações raciais que, durante muito tempo, contribuiu para a naturalização da ideia de que quem tem raça é apenas o negro (SCHUCMAN, 2012). Outro fator fundamental é tirar a branquitude do lugar de “ideal a ser alcançado” e propor uma reflexão honesta acerca do que é ser branco no Brasil. No contexto histórico em que vivemos isso é fundamental, uma vez que, conforme aponta Cardoso (2008, p. 183) “a identidade racial branca recria-se ao longo do tempo, incorpora novas ações e mantém inquestionados seu poder e prestígio durante as gerações ao se revestir como invisível”. É preciso, portanto, que essa invisibilidade seja quebrada, uma vez que não existe relação racial com apenas um grupo racializado.

Pensar as branquitudes também é discutir as diferentes formas de construção dessa identidade. No ano de 2020 essa discussão se tornou mais evidente tanto pelo assassinato de George Floyd nos Estados Unidos quanto pela eleição presidencial que aconteceu nesse país que destacou a relevância de se pensar os movimentos supremacistas brancos, algo que ainda precisamos avançar em nosso país considerando o aumento da presença e organização destes grupos (DIAS, 2018; 2007).

Adriana Dias é uma das pesquisadoras que tem se dedicado ao estudo dos movimentos neonazistas no Brasil. Sua dissertação de mestrado, defendida no ano de 2007, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), discutiu etnograficamente o universo simbólico destes grupos na internet, destacando, como resultado, mitos, narrativas e rituais que constroem o que se denomina de elementos identitários de um “teutonismo”. Já em sua tese de doutorado, defendida na mesma instituição no ano de 2018, a pesquisadora, também a partir de um estudo etnográfico, evidenciou como os supremacistas brancos, em seus processos organizativos neonazistas, destacam o “ódio como centro da vida social, do ativismo e da noção de pessoa construída pelo movimento” (DIAS, 2018, p. 9).

Um aspecto importante que os estudos de Adriana Dias nos colocam é a discussão sobre como as próprias pessoas brancas não supremacistas se posicionam frente a esse movimento organizativo. Ou seja, como elas atuam frente os processos organizativos da branquitude acrítica (CARDOSO, 2008), no sentido de desmobilizar coletivamente esses outros coletivos também formados por pessoas brancas, mas que não compartilham e tão pouco vivenciam esses elementos identitários raciais como sendo base de uma suposta supremacia. Sabemos, portanto, que a branquitude acrítica, os supremacistas, historicamente tem se mobilizado e constituído organizações para sustentar as opressões raciais. A questão é: como a branquitude crítica também poderia se organizar coletivamente para desmobilizar as opressões raciais? Nenhuma destas organizações ainda são tratadas como objeto de estudo na Administração e, especificamente, na área de Estudos Organizacionais, que tem essas como seu campo de pesquisas.

Estudar branquitudes, agora, também implica discutir seus diferentes modos de constituições organizativas. Se já temos vários estudos que destacam como as pessoas negras, indígenas, por exemplo, têm se organizado para combater as opressões raciais, ainda sabemos muito pouco

sobre como as pessoas brancas se articulam coletivamente nessa mesma perspectiva ou mesmo de reprodução de uma lógica de supremacia branca. E é algo que as teorias organizacionais podem nos ajudar a compreender, bem como a discutir esses movimentos “por dentro” das disputas que podem ocorrer no movimento de construção organizativa e coletiva das branquitudes.

### **Por que escrevemos esse texto?**

Por que escrever esta obra? Ninguém a solicitou. E muito menos aqueles a quem ela se destina.

*(Pele negra, máscaras brancas - Franz Fanon)*

Falar sobre relações raciais é discutir campos de possibilidades de construção de outra sociedade, onde as opressões e explorações não sejam seus eixos constituintes. Por isso, é necessário, conforme nos provoca Franz Fanon (1968, p. 26 - 27), compreender que “A descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser [...] deixa entrever, através de todos os seus poros, granadas incendiárias e facas ensanguentadas”. Sem compreender os elementos, as estratégias, as táticas, que historicamente têm nos estruturado como uma sociedade tão desigual, também não saberemos para onde e como podemos caminhar. E a linguagem é um elemento muito importante nesse processo. O poder de nomear ou não um fenômeno social (FOUCAULT, 2006) evidencia relações de poder em nossa sociedade.

Se no campo dos estudos sobre relações raciais na área de Administração no Brasil ainda existem resistências em nomear branquitudes (OLIVEIRA; GOUVEA, 2020) é porque, utilizando palavras de Fanon, podemos ter um campo de “granadas incendiárias” que pode ser aberto. A questão é que, retomando à brilhante tese do professor Deivison Nkosi, que nos inspiramos para nominar esse texto, por que (somente) agora? Talvez, porque as pessoas que hoje se fazem presentes na área da Administração tenham minimamente as condições coletivas para colocar esse desafio, de uma forma mais evidente, se compreender o que Nkosi (2015, p. 2014) questiona em sua tese quando discute a necessidade, a partir das discussões sobre as apropriações das obras de Franz Fanon no Brasil, de saber “quais as encruzilhadas que podem ser atravessadas, em nome do enfrentamento daquilo que estamos identificando como máscaras brancas”. Enfrentamentos esses que são coletivos e que evidenciarão limites, fronteiras e possibilidades de refletirmos as relações raciais não somente como objeto de estudo, mas como elemento que não pode passar despercebido se entendemos que efetivamente são necessárias mudanças de natureza em nossa constituição como sociedade.

Se estamos em uma encruzilhada, já sinalizamos que esse texto não tem um fim, mas simboliza um encontro de diversas frentes. Deixaremos essas frentes abertas com uma saudação a quem pertence às encruzilhadas na certeza de que quem está lendo essa reflexão possa seguir seu caminho...

**Fio de Prumo (Padê Onã)**

Criolo / Juçara Marçal

Laroyê, bará  
Abra o caminho dos passos  
Abra o caminho do olhar  
Abra caminho tranquilo pra eu passar  
Laroyê, legbá  
Tomba o mal de joelhos  
Só levantando o ogó  
Dobra a força dos braços que eu vou só  
Laroyê, eleguá  
Guarda ilê, onã, orum  
Coba xirê deste funfum  
Cuida de mim que eu vou pra te saudar

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C. M. M. **Onda Negra, Medo Branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I. BENTO, M. A. S. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2016.

\_\_\_\_\_. Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. 185f. **Tese** (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CARDOSO, L. O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. 290f. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

DIAS, A. B. M. Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane. 2018. 366f. **Tese** (Doutorado em Antropologia Social). – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

\_\_\_\_\_. Os anacronautas do teutonismo virtual: Uma etnografia do neonazismo na Internet. 2007. 311f. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

DiANGELO, R. **White fragility**. UK: Penguin random house, 2018.

DYER, R. **White: Essays on Race and Culture**. London: Routledge, 1997.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2018.

\_\_\_\_\_. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

FAUSTINO, D. M. Deivison Mendes Faustino “Por que Fanon, por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. 2015. 261f. **Tese** (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUERREIRO RAMOS, A. Patologia social do ‘branco’ brasileiro”. In: \_\_\_\_\_. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NERIS, N. **A voz e a palavra do movimento negro na Constituinte de 1988**. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2018.

OLIVEIRA, J. S.; GOUVEA, J. B. Os pactos narcísicos da branquitude na (des)construção do acesso ao campo de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. 44., 2020. **Anais...** Maringá: ANPAD, 2020.

PASSOS, A. H. I. Um estudo sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013. 2013. 197f. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PIZA, E. **Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu**. In: GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L (orgs.) São Paulo: Paz e Terra/SEF, 2000

SCHUCMAN, L. V. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122f. **Tese** (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOVIK, L. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.